

Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU)

Dezembro 2014

Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU)

O Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) está previsto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP).

A PNDP tem como finalidade a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, o desenvolvimento permanente do servidor público, a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação, e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação. Também reconhece a necessidade de ampliar, reforçar e integrar os esforços de capacitação e formação dos servidores públicos.

O Sistema de Escolas de Governo da União, por sua vez, tem os seguintes objetivos:

- subsidiar o processo decisório do Comitê Gestor da PNDP;
- apoiar e disseminar a implementação da Política;
- potencializar as ações de capacitação dos servidores públicos; e
- elaborar e executar o Programa de Capacitação Gerencial de Pessoal Civil, coordenado pela ENAP.

Atualmente, o Sistema é composto por 20 Escolas de Governo da União, tendo a ENAP como coordenadora, atribuição dada pelo Decreto nº 5.707/2006.

A seguir, informações detalhadas sobre cada uma das instituições que integram o SEGU:

Instituições Participantes



Academia Nacional de Polícia (ANP)

A transferência dos órgãos públicos federais para a nova capital, inclusive o Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP estimulou a ideia de se criar uma escola de polícia. A Academia de Polícia foi criada no final de 1960, quando foram definidos os objetivos da instituição e também foi redigido o primeiro Regimento Interno, disciplinando a conduta dos alunos e regulamentando os cursos. Tendo sido inaugurada um ano depois, com a reestruturação do Departamento Federal de Segurança Pública, seu nome foi modificado para Academia Nacional de Polícia - ANP. É responsável pela formação, treinamento, especialização e reciclagem dos policiais do Departamento de Polícia Federal. É um órgão subordinado à Diretoria de Gestão de Pessoal, previsto na estrutura do DPF, conforme Decreto nº 73.332/73.

www.dpf.gov.br



Centro de Altos Estudos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

A Escola Superior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, foi instituída em 2003 com o objetivo de propiciar meios para atualização, aperfeiçoamento e especialização dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, de acordo com a Portaria nº 345/03, do Ministério da Fazenda, a qual também trata de seu Regimento Interno.

www.pgfn.fazenda.gov.br



Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI/INSS)

O Programa de Educação Previdenciária do INSS foi instituído no ano de 2000, mediante ações de informação e conscientização sobre direitos e deveres previdenciários. Em 2006, foi criada a Escola da Previdência Social, no âmbito do Ministério da Previdência Social. Com o Decreto 7.556/2011, o CFAI/INSS passa a ter as seguintes competências: elaborar e executar programas de

formação e aperfeiçoamento técnico-operacional dos servidores do INSS, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNDP; coordenar e executar os programas de capacitação de pessoal para as funções de chefia imediata e gerência intermediária do INSS; elaborar e executar programas de formação destinados ao desenvolvimento funcional dos servidores do INSS, em articulação com o Sistema de Escolas de Governo da União; captar e disseminar o conhecimento voltado para o desempenho das atividades institucionais; e fomentar estudos e pesquisas direcionados ao desenvolvimento de novos métodos e técnicas de trabalho.

www.previdencia.gov.br



Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD)

O CEAJUD/CNJ foi criado pela Resolução nº 111, de 6 de abril de 2010, e tem a missão de coordenar e promover, com os tribunais, a educação corporativa e o desenvolvimento das competências necessárias ao aperfeiçoamento de servidores para o alcance dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário. Entre as atribuições do CEAJUD estão: sugerir as diretrizes da política nacional de formação e aperfeiçoamento dos servidores do Poder Judiciário, a serem estabelecidas pelo Plenário do CNJ; identificar nos servidores do Judiciário as competências funcionais a serem desenvolvidas; identificar os instrumentos de capacitação necessários ao desenvolvimento de tais competências e disponibilizá-los, quando possível; promover treinamentos, cursos, seminários e outras ações de educação corporativa, priorizando-se o ensino a distância; fomentar entre os tribunais a troca de experiências, o compartilhamento de conteúdos e a racionalização dos custos de capacitação; avaliar resultados de projetos e ações de capacitação e qualificação; fomentar a gestão por competências e a gestão do conhecimento; e integrar as iniciativas de educação a distância do Poder Judiciário, mantendo banco de cursos já desenvolvidos pelos tribunais, de forma a fomentar o compartilhamento.

www.cnj.jus.br/eadcnj/



Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU)

Foi implantado no ano 2000, pela Portaria nº 1.294, o Centro de Estudos Victor Nunes Leal, órgão voltado à promoção, organização, coordenação de atividades, complementação dos conhecimentos jurídicos, e para contribuir na contínua formação dos profissionais de Direito, oferecendo cursos para capacitação e disseminação de conhecimentos voltados para o desempenho das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União. Em 2005, por meio de Ato Regimental, foi transformado em Escola da Advocacia-Geral da União e, desde então, propõe-se a viabilizar e difundir suportes teóricos ao maior número possível de servidores. Além da mudança na nomenclatura estrutural e organizacional, tal alteração significou a passagem do conceito de núcleo e ponto de convergência do Centro de Estudos para o conceito abrangente de Escola, visando a excelência no desempenho das atividades institucionais.

www.agu.gov.br



Escola de Administração Fazendária (ESAF)

A origem da ESAF remonta ao ano de 1945, com as primeiras experiências em cursos de aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda. Em 1967, foi criado o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda, que se transformou na Escola de Administração Fazendária – ESAF em novembro de 1973. Com a inauguração de sua sede própria em Brasília, passou a contar com o atual complexo educacional, institucionalizando a Escola como Órgão Central de Direção de Atividades Específicas do Ministério da Fazenda. Seu Regimento Interno caracteriza-a como um sistema de Educação Permanente, com atuação na seleção e no desenvolvimento de servidores públicos. É integrada por dez Centros Regionais de Treinamento, localizados na Capital Federal e nas capitais-sedes de Regiões Fiscais, nos principais Estados: Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), e pelos polos de João Pessoa (PB), Manaus (AM) e Casa dos Contos de Ouro Preto (MG).

www.esaf.fazenda.gov.br



Escola de Inteligência (ESINT/ABIN)

Em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI) que, em 1990, deu lugar ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH). Em 1999 foi criada a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, órgão integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, prevendo em sua estrutura organizacional a Escola de Inteligência (ESINT), a qual foi instituída no ano 2000. À ESINT compete: promover a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de Inteligência; estabelecer intercâmbio com escolas, centros de ensino, bibliotecas e outras organizações congêneres nacionais e estrangeiras; promover a elaboração de planos, estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência; e formar pessoal selecionado por meio de concurso público.

www.abin.gov.br



Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

A Fundação Centro de Formação do Servidor Público - FUNCEP, instituída em 1980 pelo Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, passou a ter em 1986, em sua estrutura, dois órgãos com regimentos internos próprios: o Centro de Desenvolvimento de Administração Pública (CEDAM) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), esta última criada pelo Decreto 93.277/86 com a competência de formar quadros superiores da Administração Pública Federal. Com a Lei nº 8.140/90, a FUNCEP passou a ser denominada Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sua missão é desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas. Busca ser referência em formação e desenvolvimento dos agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade. A partir do Decreto 5.707/06, coordena o Sistema de Escolas de Governo da União e integra o comitê gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal - PNDP.

www.enap.gov.br



Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE é uma escola superior criada em 1953 e reconhecida pelos Decretos 47.997/60 e 51.163/61. Mantida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ENCE promove atividades de pesquisa e, além de responsável pelas atividades de capacitação e treinamento de servidores do IBGE, oferece cursos avulsos de atualização e extensão. As atividades de pesquisa e ensino da ENCE estão a cargo de Mestres e Doutores que compõem o seu corpo docente. A ENCE conta ainda com a singular vinculação ao IBGE, que lhe propicia acesso aos dados e informações levantados pelo Instituto, e o intercâmbio frequente com os profissionais envolvidos no levantamento desses dados e informações, que nela atuam como docentes e instrutores.

www.ence.ibge.gov.br



Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC)

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, foi criada em 8 de agosto de 2007 e tem como objetivo capacitar, atualizar e especializar os técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Ela tem a função de sustentar, de maneira contínua e duradoura, os programas de capacitação de agentes e entidades voltadas à defesa do consumidor e, nesse sentido, representa um avanço para a proteção do consumidor no Brasil. Ademais, a Escola Nacional visa incentivar a criação pelos estados de suas escolas estaduais de defesa do consumidor. A capacitação técnica desenvolvida pela ENDC, além de melhorar a qualidade da assistência aos consumidores, também proporciona o fortalecimento da estrutura nacional de defesa do consumidor ao promover a identidade e a harmonia do conhecimento no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Em suma, trata-se de uma ação de fomento e efetivação da educação em direito do consumidor para o aprimoramento dos atores que realizam a defesa do consumidor, que tem como fim principal o aprimoramento do atendimento ao cidadão, beneficiário e foco das atuações dos integrantes do SNDC.

www.mj.gov.br/endc/virtual



Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM/MJ)

Criada no âmbito da Secretaria de Reforma do Judiciário, ao final de 2012, por ato do Ministro da Justiça, com a finalidade de oferecer capacitações e cursos presenciais e à distância em técnicas de mediação, conciliação, negociação e outras formas consensuais de solução de conflitos. Por meio dos cursos, a ENAM espera difundir a cultura do diálogo e incentivar os cidadãos a participarem ativamente, quando possível, do debate e da construção de soluções para os problemas cotidianos que enfrentam, colaborando com o aprofundamento da cidadania, qualificando o acesso à justiça e favorecendo o desenvolvimento de uma sociedade harmônica e pacífica.

<http://moodle.cead.unb.br/enam/>



Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)

A Lei n.º 2312/54, definiu que a União manteria uma Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), tendo sido ENSP criada naquele mesmo ano e vinculada ao Ministério da Saúde em 1958. Foram definidas como suas atribuições o aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário aos serviços de saúde pública e o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse médico-sanitário. Em 1966, a ENSP e outros estabelecimentos passaram a integrar a Fundação Ensino Especializado em Saúde Pública (Fensp), com a finalidade de ministrar ensino especializado em saúde pública mediante cursos de pós-graduação para pessoal de nível técnico-científico e de cursos de preparação de pessoal auxiliar-médico, além de realizar estudos e pesquisas de interesse para o aperfeiçoamento técnico e científico do pessoal de saúde pública. Em 1969, a Fensp passou a se chamar Fundação Recursos Humanos para a Saúde e, um ano mais tarde, transformou-se em Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz). Atualmente, a ENSP é a maior escola de saúde pública da América do Sul e é a única de âmbito federal no Brasil.

www.ensp.fiocruz.br



Ministério da
Justiça
ESPEN

Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN/MJ)

A ESPEN foi criada pelo Ministério da Justiça, mediante Portaria nº 3.123, de 03 de dezembro de 2012, com o objetivo de fomentar e executar estratégias de educação permanente em serviços penais e de produção e compartilhamento de conhecimentos em políticas públicas voltadas ao sistema prisional. Os objetivos específicos da ESPEN são: atuar como centro de pesquisa, análise e difusão; cooperar com os governos das Unidades Federativas; estabelecer cooperação junto a órgãos governamentais nacionais e internacionais; e articular-se em rede interinstitucional, junto às Escolas de Gestão Penitenciária Estaduais e Distrital.

<http://portal.mj.gov.br>



Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

Com a promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público tornou-se um dos atores mais significativos da sociedade brasileira. A instituição existe para resguardar a ordem jurídica e o cumprimento das leis, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, tais como o direito ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, à saúde e à liberdade de expressão. O órgão desempenha o papel de porta-voz e defensor da sociedade. Tantas responsabilidades geraram a necessidade de investir em aprimoramento profissional. A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) foi criada em 1998 pela Lei nº 9.628, com quatro objetivos principais: promover o aperfeiçoamento e atualização constante dos membros e servidores do MPU, instituição formada pelos Ministérios Públicos Federal (MPF), do Trabalho (MPT), Militar (MPM) e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); iniciar novos integrantes do MPU no desempenho de suas funções institucionais; desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica; e zelar para que o MPU seja reconhecido como instituição essencial à função jurisdicional do Estado brasileiro.

www3.esmpu.gov.br



Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

Em 1948, Gilberto Freyre defende em discurso na Câmara dos Deputados a criação de um instituto de pesquisas com o nome de Joaquim Nabuco, o que ocorreu no ano seguinte, por meio da Lei nº 770. Em 1963, sua denominação foi alterada para Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, somente em 1979, foi transformado na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, vinculada ao então Ministério da Educação e Cultura e instituída pela Lei nº 6.687/79. A FUNDAJ é uma fundação pública regida pelo Decreto nº 6.318/07. Tem sede e foro na cidade do Recife - PE e área de atuação constituída pelas regiões Norte e Nordeste do País, em consonância com sua missão de promover estudos e pesquisas no campo das ciências sociais; de preservar e difundir bens patrimoniais representativos da realidade histórica, social e cultural brasileira; e discutir e promover a produção cultural contemporânea, visando dar suporte aos criadores e possibilitar o acesso desse conteúdo à sociedade.

www.fundaj.gov.br



Instituto Rio Branco (IRBr/MRE)

O Instituto Rio Branco - IRBr foi fundado em 1945, quando acolheu a primeira turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Até então, o recrutamento dos futuros diplomatas brasileiros era processado pelo antigo Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Apesar da alta qualidade dos funcionários assim selecionados, o Itamaraty decidiu criar sua própria academia diplomática. O IRBr é responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros, em processo contínuo de formação e, desde 1976, formou também diplomatas estrangeiros. Oferece ainda, para diplomatas, cursos de técnicas de negociação e diplomacia pública e, para os demais funcionários do Ministério das Relações Exteriores, de prática consular, cerimonial e idiomas. Organiza, paralelamente, cursos especiais para jornalistas, nacionais e estrangeiros, interessados em temas de política externa, e para funcionários de outros órgãos da administração pública que trabalham na área de comércio exterior.

www.institutoriobranco.mre.gov.br



Universidade Banco Central do Brasil (UniBacen)

A ideia de criar uma universidade corporativa para o Banco Central do Brasil - BCB teve origem em 2001, quando a área de recursos humanos procurou novas formulações para as políticas de gestão de pessoas e a criação da universidade mostrou-se decisiva para que esforços educacionais contribuíssem de maneira sistêmica para o cumprimento da missão institucional do BCB. Após uma série de estudos e oficinas de capacitação, foi elaborado em 2004, o “Projeto Implantação da Universidade Corporativa do Banco Central”, resultando na inauguração da UniBacen em novembro de 2004, como universidade corporativa voltada principalmente à educação dos servidores do Banco Central do Brasil, mas que planeja oferecer também produtos para a sociedade em geral, por intermédio de iniciativas de educação econômico-financeira e de conhecimentos sobre o Banco Central, para parceiros públicos e privados.

www.bcb.gov.br



Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU)

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), previsto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União - TCU (art. 88 da Lei nº 8.443/92), foi instituído pela Resolução-TCU nº 19, de 09/11/1994. É unidade de apoio estratégico, subordinada à Secretaria-Geral da Presidência do TCU, que tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de seleção externa de servidores, educação corporativa e gestão do conhecimento organizacional (art. 16 da Resolução-TCU nº 214, de 20/08/2008). Nesse sentido, o ISC é responsável pelos seguintes processos corporativos: seleção e integração de futuros servidores; educação corporativa (treinamento e desenvolvimento profissional); gestão de competências (modelo de gestão de pessoas por competências); e gestão de informações e documentação (biblioteca, editora e gestão documental).

www.tcu.gov.br



Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

Desde que foi criado em 1997 sob a coordenação do senado federal, o ILB cumpre as funções constitucionais de Escola de Governo do Senado Federal. No artigo 378, o Regulamento Administrativo da Casa delega ao Instituto Legislativo Brasileiro a competência de “conceder, formular, executar e avaliar as atividades de formação, treinamento e capacitação de recursos humanos, inclusive de nível estratégico (consultores e gerentes) do Senado Federal, do Prodasen e do próprio Instituto e elaborar programas de estudos avançados em convênio com outros parlamentos”. O ILB amplia mais sua atuação junto a parlamentares, servidores do legislativo e população em geral. Seus cursos, materiais didáticos e conteúdos especiais já podem chegar a todos os municípios brasileiros.

www.senado.leg.br



Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados – CEFOR

Criado em 1997 sob a coordenação da Diretoria de Recursos Humanos da Câmara dos Deputados, o Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados planeja e executa as atividades relacionadas à educação legislativa, bem como ao recrutamento, seleção e desenvolvimento de pessoas na Câmara dos Deputados. Em relação à educação legislativa, destacam-se neste espaço as ações voltadas ao aperfeiçoamento da relação da instituição Câmara dos Deputados com a sociedade, principalmente os desenvolvidos na modalidade a distância, que permitem a participação de todo cidadão interessado, sem qualquer custo.

www.camara.leg.br